

IMPRESSÕES DE VIAGEM À ZONA BRAGANTINA DO PARÁ

DIRCEU LINO DE MATTOS

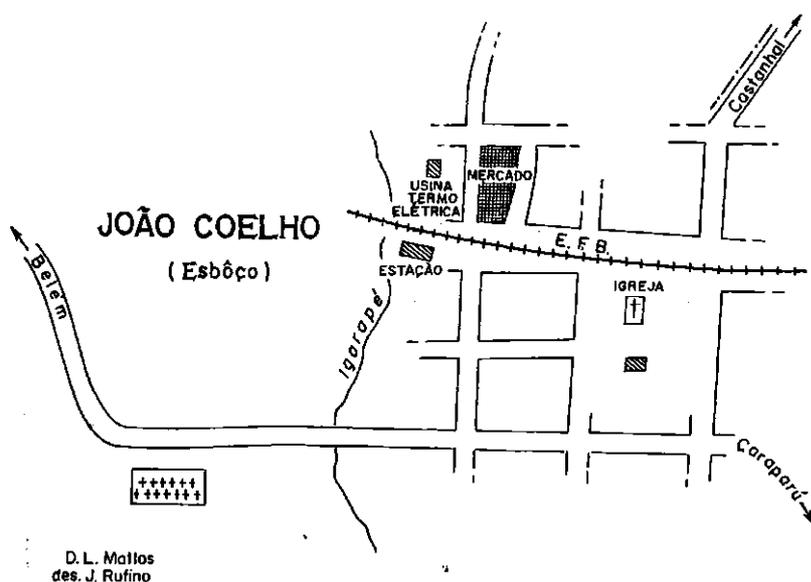
O presente trabalho é o resultado de rápida viagem realizada, em outubro de 1955, através da chamada Zona Bragantina, no Estado do Pará, pelo Prof. DIRCEU LINO DE MATTOS, sócio efetivo da A.G.B., atual Diretor da Seção Regional de São Paulo e professor de Geografia Econômica da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo.

No dia 8 de outubro de 1955, em companhia da prof.^a Marialice Moura Pessoa, antropóloga, e do Dr. Jorge Gustavo da Costa, secretário do Curso de Planejamento Regional da Escola Brasileira de Administração Pública, realizamos uma excursão de reconhecimento à região bragantina do Pará. Nosso itinerário foi o seguinte: Belém, João Coelho, Castanhal, São Miguel do Guamá, Bonito, Castanhal, Belém. O presente relato trata somente de uma das áreas visitadas — a de João Coelho — e não pretende ser um estudo, mas um simples apanhado de anotações que fizemos no decorrer dessa excursão.

Nossa primeira parada foi em João Coelho, situada a cerca de 50 km. de Belém. Em João Coelho, entramos em contato com a primeira aglomeração urbana da região bragantina do Pará. As aglomerações que a antecedem, como Ananindeua, Marituba e Benevides, podem ser consideradas como zonas suburbanas de Belém.

A “cidade” de João Coelho. — *João Coelho*, por definição administrativa, é uma cidade. Na realidade, entretanto, assemelha-se mais a um modesto povoado. É a um modesto povoado que parece estar morrendo aos poucos, diante da completa apatia da sua vida econômica. Não foi outra a nossa impressão ao penetrar na sonolenta placidez do desarranjado e mal conservado conjunto de casas e das ruas esburacadas e cobertas de gramíneas dessa povoação (fig. n. 1).

Para quem procede de Belém, a cidade aparece meio de súbito, numa das curvas da estrada. Não porque ela esteja oculta atrás de alguma elevação ou escondida no fundo de algum vaie. Na planura coberta pela mata, o horizonte visual é limitado e as cidades amazônicas, por isso, nunca são avistadas de longe. João Coelho não escapa à regra. Na superfície chã da planície quaternária ou da planície terciária, as cidades não surgem aos nossos olhos com aquela visão panorâmica tão característica de inúmeras das cidades de espigão ou de colina do interior de São Paulo.



D. L. Mattos
des. J. Rufino

FIG. 1

João Coelho, por isso, não é vislumbrada de longe. A estrada que nos conduz a ela — estrada que a mata parece querer tragar — encurva-se e inclina-se numa suave ladeira para o talvegue do igarapé de João Coelho. Nesse instante descortinamos a primeira rua da cidade, distendida na vertente oposta (foto n. 1).

Essa primeira rua reflete os traços essenciais da paisagem urbana. É uma rua que tem cerca de 500 m de extensão e pouco mais de 20 casas, com aspecto de abandono e semi-ocultas pelas mangueiras. A maioria das ruas apresenta êsse mesmo aspecto. Somente junto ao mercado e na quadra fronteiriça à praça da Matriz, as casas se aglomeram, coladas umas às outras (foto n. 2).



Foro n.º 1 — Aspecto parcial de João Coelho (Foto do autor).



Foro n.º 2 — Aspecto da área central da cidade. As ruas "do comércio" circundam o edifício do Mercado, que se vê à esquerda (Foto do autor).

Há poucas casas de madeira e menos de 10 de alvenaria. A maioria das habitações é de barrote ou de parede de "enche-meio". O tipo mais comum de telhado é o de duas águas, coberto com telhas rústicas, cavaco de madeira ou folhas de palmeira.

Não há na cidade um centro comercial característico, a menos que consideremos como tal a área vizinha ao Mercado. Nesse trecho, concentra-se parte do comércio local, instalado nas próprias dependências do Mercado e em suas imediações. A vida social, pela manhã, é relativamente ativa nessa área, sobretudo porque em suas proximidades estão a estação da estrada de ferro e o ponto de parada dos chamados "paus de araras" — caminhões cobertos e com bancos de tábua —, que fazem a linha do interior.

A vida nessa área à tarde e à noite é inteiramente morta. À noite, a função social desloca-se para a praça da Matriz, uma grande praça em quadrilátero, invadida pelas gramíneas e cortada ao meio pelos trilhos da estrada de ferro. A praça assemelha-se mais a um campo aberto, ladeada de longe pelas silhuetas das casas e pelo fundo verde das mangueiras. Do meio dessa enorme praça — que serve também de pasto às poucas cabeças de gado aí existentes — erguem-se o edifício da Prefeitura e o da Matriz, aquele num falso estilo grego e este numa forma quadrangular maciça, com suas torres semi-derruidas. Aqui, nesta praça abandonada e entregue ao domínio da grama e das ervas daninhas, não há, como em nossas cidades do interior, o clássico coreto, nem os convidativos bancos de jardim. Devido ao calor e ao Sol causticante da tarde e à deficiência da iluminação pública, à noite, os passeios de rua são pouco animados. As manifestações de vida coletiva só têm lugar pela manhã, nos domingos de missa, e à tarde, nas conversas de calçada.

A vida econômica da cidade é de completo marasmo. O comércio é pouco ativo. No grande edifício do Mercado pouca coisa existe à venda e nas lojas e vendas os estoques se reduzem a alguns artigos essenciais, tais como tecidos de algodão, querosene, sal, peixe salgado, etc. Esta situação, aliás, é uma decorrência do baixo padrão de vida da população, o qual, por sua vez, reflete as precárias condições de economia regional.

Aspectos regionais. — O município tem uma superfície de 698 km² e uma população de 11 764 hab., o que lhe confere uma densidade demográfica de 16,8 hab. Km² (fig. n. 2). Dos distritos que lhe pertencem, um, o de Caraparú, foi estudado pelo prof. A. R. PENTEADO (1).

(1) PENTEADO, A. R. — *Problemas da Zona Rural na Região de Caraparú e Inhangapá (Baixo-Amazonas)* — Bol. Paul. Geogr. n.º 12, out. 1952, p. 30-40.

Tendo em vista as dimensões características dos municípios amazônicos, assim como suas densidades demográficas, podemos considerar João Coelho um micro-município densamente povoado. Essas características, aliás, são comuns a quase todos os municípios servidos pela estrada de ferro e pela estrada de rodagem Belém-Bragança.

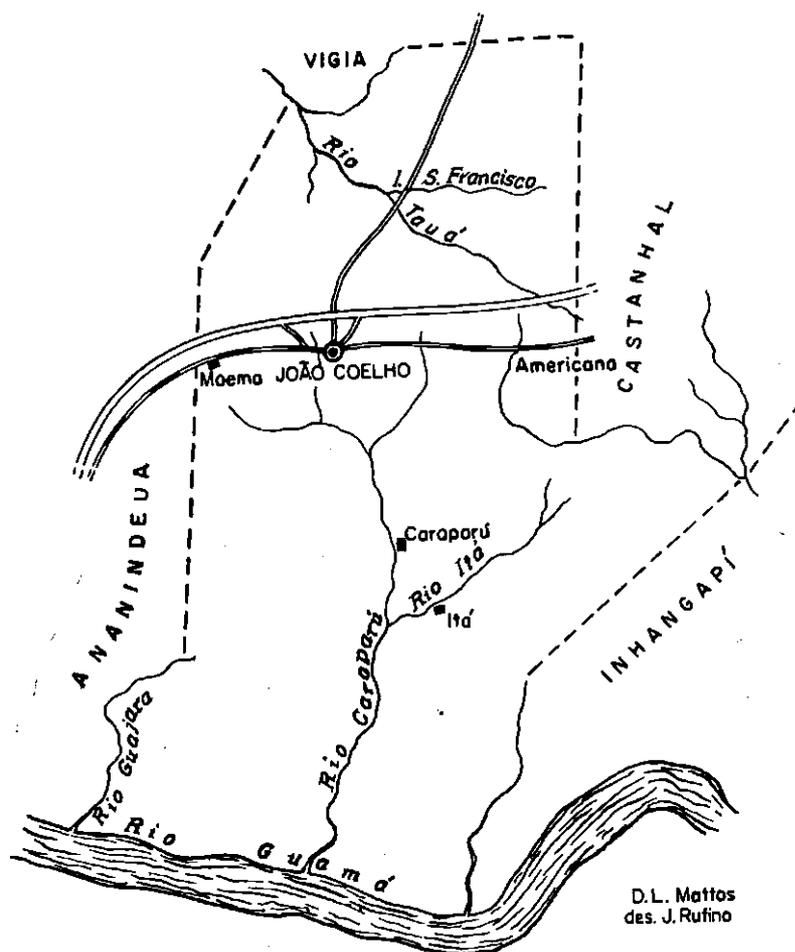


FIG. 2 — Município de João Coelho.

A região de João Coelho é constituída por uma planície arenosa de terra-firme. As várzeas ocupam uma superfície insignificante em relação à área do município e estão situadas nos

vales inundáveis dos igarapés e do rio Guamá. A altitude média da planície é de cerca de 20 m. A paisagem topográfica é bastante monótona, apesar de não ser inteiramente plana. Ondulações de pequena amplitude criadas pelos vales dos igarapés constituem os únicos traços da morfologia de detalhe dessa região.

Os extensos e relativamente espessos mantos de areia constituem um dos elementos da geologia da região. Uma das ocorrências do manto arenoso pode ser observado ao N. de João Coelho, onde o DNER explora areia para o revestimento do leito da estrada. Esse material é de coloração branca ou levemente acinzentada e de granulação fina. O teor em argila do material, examinado nesse depósito, é muito baixo. A areia não é pegajosa e o seu índice de permeabilidade é muito elevado. O prof. GOUROU diz que "apesar da permeabilidade das areias, a região possui uma boa rede de ribeirões de águas claras, como por ex., o de João Coelho" (2). Parece-nos, todavia, que a existência dos ribeirões ou igarapés é favorecida por uma camada impermeável subjacente, formada de concreções ferruginosas. Essa é, pelo menos, a impressão que nos deixa o exame da posição em que se encontra o depósito arenoso acima referido, em relação a um dos igarapés que atravessa o leito da estrada João Coelho-Vigia (fig. n. 3).

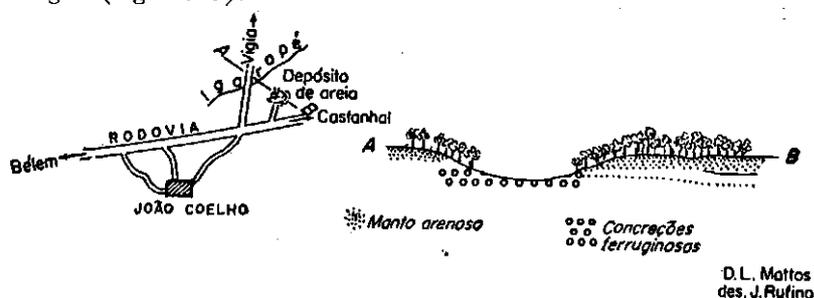


FIG. 3

Recobrimdo esse manto arenoso, existe uma delgada camada de solo humoso, que os habitantes do local denominam de "terra negra". É sobre esse solo pouco espesso que se desenvolve a mata e que se pratica a agricultura. Essa "terra negra" recobre localmente as camadas arenosas ou as argilas vermelhas ou amarelas. Na propriedade do sr. Manoel Pinto da Silva, situada um pouco antes de João Coelho (município de Ananindeua), pudemos obser-

(2) Gourou, Pierre — *Observações Geográficas na Amazônia* — *Rev. Bras. Geogr.*, C. N. G., Rio de Janeiro, julho-set. 1949, 2. XI, n.º 3, p. 356.



Foro n.º 3 — O edifício séde da Fazenda Murutú, tragado pela vegetação
(Foto do autor).



Foro n.º 4 — A chaminé do antigo fôrno da Fazenda Murutú inteiramente
envolvida pelo apuizeiro. Observa-se, na parte inferior do pseudo-tronco de
árvore, a boca do fôrno (Foto do autor).

var a sucessão dos horizontes superficiais nas covas que estavam sendo abertas para o estaqueamento e plantio da pimenta. Nessas covas, o horizonte superior é constituído por uma camada de cêrca de 0,10 m de terra escura. Essa camada é sucedida, bruscamente, pela terra amarela, cuja espessura total não pôde ser observada. Segundo nos disse o proprietário dessa fazenda, a "piçarra" (concreção ferruginosa) é encontrada a mais ou menos um metro de profundidade.

O aspecto mais comum, porém, pelo menos nas zonas que percorremos — é o da ocorrência de concreções ferruginosas, que aparecem sob a forma de blocos, mergulhados na massa arenosa e perceptíveis nos côrtes da estrada ou nas baixas cornijas que ladeiam muitos dos igarapés. É a êsse material, aliás, que se devem algumas das formas de morfologia de detalhe, tais como os barrancos abruptos dos rios, as baixas cornijas que ladeiam os igarapés e as ondulações do terreno. Há trechos da estrada — como entre Bonito e Castanhal —, que se assemelham a verdadeiras "montanhas russas" (3). Tudo faz crêr que as faixas deprimidas resultaram da ausência de proteção à erosão, que oferece a carapaça ferruginosa. O vale do igarapé João Coelho, que transpomos ao entrar nessa cidade, é ladeado por pequenas cornijas, esculpidas sôbre o manto de concreções ferruginosas. Êsse manto aparece com muita nitidez nos barrancos que ladeiam o trecho inicial da rua que dá acesso à cidade. O sítio dessa cidade, aliás, assenta-se sobre êsse manto ferruginoso.

A mata desenvolve-se indiferentemente, quer no solo arenoso como nos que possuem essas concreções. Na zona que percorremos, tanto em João Coelho quanto em toda a região bragantina cortada pela estrada de rodagem, não observamos nenhuma mancha de floresta primária. No trecho Castanhal-Capanema, um pouco antes do desvio para São Miguel do Guamá, julgamos ter encontrado uma pequena mancha de floresta de terra-firme. Fomos informados, porém, que nessa mancha já fôra praticada a lavoura, provavelmente há mais de 20 anos.

A devastação da mata, na região bragantina, vem-se processando desde há muitas décadas. É natural que um período tão longo de exploração dos recursos florestais e de derrubadas e queimadas para a prática da agricultura tenha reduzido esta região da Hiléia a uma paisagem vegetal menos rica e exuberante que

(3) O prof. ANTÔNIO TEIXEIRA GUERRA — *Estudo Geográfico do Território de Amapá*, IBGE, C. N. G., Rio, 1954 — assinala fato semelhante para a estrada Oiapoque-Clevelândia, situada no penepiano do baixo Oiapóque. A êsse relêvo êle denomina "relêvo vaionado" (obr. cit., p. 11).

a das regiões onde dominam as florestas. A vegetação atual é de capoeiras. De capoeiras que se encontram em estágios de desenvolvimento muito diferentes entre si. Os habitantes da região distinguem dois tipos de capoeiras, a que denominam "capoeira alta" e "capoeira baixa".

A capoeira amazônica, todavia, não lembra em nada as capoeiras que estamos habituados a vêr no planalto tropical atlântico. A vitalidade das espécies que aí crescem, o verde vivo que as caracteriza e o aspecto de mata fechada que apresentam fazem com que percebamos, desde logo, as diferenças fundamentais que distinguem o ambiente ecológico amazônico do das nossas regiões Central e Sulina.

Um aspecto que bem assinala o vigor com que a vegetação secundária invade as áreas abandonadas pelo homem nos é dado pela Fazenda Murutu, abandonada há muitos anos. O fenômeno da invasão da mata nessa fazenda constitue testemunho realmente impressionante, pois o edifício da séde da fazenda foi quase inteiramente envolvido pelas lianas e a chaminé do antigo fôrno inteiramente envolvida pelo apuízeiro (*Ficus fagifolia*, ? Miq.).

A invasão da mata sôbre as áreas abandonadas pelo homem é um fenômeno que se observa com relativa frequência ao longo da estrada. O número de habitações abandonadas e invadidas pela capoeira é acentuado. A presença de bananeiras e assaís, em sítios hoje invadidos pela capoeira alta, assinala a antiga presença do homem. Esses fatos, que são comuns a tôda a região por nós atravessada, ocorrem com frequência no município de João Coelho.

Na foto n. 5 pode ser observada um aspecto da capoeira alta. Sua fisionomia faz-nos lembrar da nossa Mata Atlântica, embora as espécies arbóreas sejam predominantemente de troncos delgados, provavelmente devido à sua idade (10 a 15 anos).

O povoamento.— O povoamento desta região foi provocado por uma política de colonização adotada pelo Governo paraense em fins do séc. XIX. Visou valorizar a ferrovia construída para ligar Belém a Bragança. O presidente da província do Pará, Cardoso Júnior, em 1888, ao justificar o "deficit" apresentado pela Estrada de Ferro de Bragança, diz que era devido à falta de povoamento da região, a qual, com exceção dos núcleos de Benevides, João Coelho e colônia Araripe, que então princi-

piavam a povoar-se, era quase tôda despovoada ou continha pequenas barracas dispersas (4).

A essa declaração, contida na Mensagem Presidencial, cabe-nos acrescentar que a primitiva estrada de Bragança seguia o trajeto percorrido por Pedro Teixeira em 1616. Esse trajeto era o seguinte: subida pelo rio Guamá até Ourém e daí, por terra, até Bragança. O caminho percorrido pela estrada de ferro não existia. Ele é de origem recente e foi-se desenvolvendo à medida que avançavam, para leste, os trilhos da ferrovia. Paralelamente à estrada de ferro, surgiu também a estrada de rodagem.

João Coelho foi atingida pela estrada de ferro em 1885 e elevada a vila em 1899. Nessa época, a região fazia parte do município de Belém, com o qual estava ligado por caminhos carroçáveis. Somente em 1932, foi desmembrada de Belém e elevada à categoria de município. São estes, em resumo, os únicos elementos que possuímos para o estudo do povoamento da região.

Na impossibilidade de reconstituir o seu passado, vejamos quais são as possibilidades de retratar o seu presente. O povoamento atual da região está em sua maior parte localizado sobre a terra-firme. Não é no vale do Guamá, situado ao sul do município, mas ao longo da estrada de ferro e da estrada de rodagem, situadas no divisor d'água entre aquele vale e a zona da costa, que o povoamento adquire maior importância.

A ocupação inicial da região de João Celho foi uma consequência natural da expansão do povoamento da região de Belém e da formação de roças para o abastecimento da capital. É provável, também, que a "hevea", ainda explorada no sul do município, tenha atraído muita gente. Não temos elementos, porém, para saber desde quando é ela explorada e qual foi a primitiva extensão da sua área de ocorrência. Atualmente, a atividade extrativa do "latex" é insignificante, constituindo-se mesmo na mais modesta das atividades econômicas do município (Prod. em 1950: 13 ton, no valor de 156 000 cruzeiros).

Até meados do século atual, a economia rural desse município baseou-se exclusivamente no cultivo da mandioca para a produção de farinha, no de cana-de-açúcar para a produção de rapadura, na exploração da mata para a produção de lenha e carvão e na atividade extrativa de alguns produtos florestais, principalmente fibras, frutos oleaginosos e "latex". Foram estas,

(4) Cruz (Ernesto) -- *A Estrada de Ferro de Bragança* -- P. P.-SPVEA., Belém 1955, p. 87.



Foto n.º 5 — Capoeira alta de igapó, na estrada entre João Coelho e Capanema. (Foto do autor).



Foto n.º 6 — Colonos japoneses ligados à cultura da pimenta do reino. Na foto aparecem o sr. Mizuho Shimon, agrônomo imigrado de Singapura para o Pará, e seus filhos. (Foto do autor).

queremos crêr, as únicas formas de atividades que possibilitaram a ocupação e utilização da terra na região.

De uns dez anos para cá, a verificação das grandes possibilidades do cultivo da pimenta do reino veio criar novas condições para o povoamento. Graças a essa planta, foi possível orientar parte da imigração japonesa para as terras de João Coelho. Nesse município, pelo que pudemos observar, a maioria dos pimentais pertence aos nipônicos, tendo sido êstes os iniciadores do seu cultivo. Não dispomos de cifras referentes ao número de japoneses recentemente entrados no município, mas podemos, baseados nos informes dos próprios colonos, afirmar que esta não é a principal região de colonização japonesa da Amazônia.

O povoamento feito com o concurso do imigrante japonês se faz à base de núcleos coloniais mixtos, instalados em diferentes pontos do município. A criação desses núcleos é estimulada pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (S.P.V.A.), que mantém, para isso, um convênio com o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (I.N.I.C.).

A população. — O imigrante japonês constitui um elemento novo da população regional. Os colonos mais antigos, que entrevistamos, chegaram à região por volta de 1950. Numerosos ainda falam muito mal o português e a maioria ainda vive à margem da cultura regional, mantendo poucos contatos com a população nacional (foto n. 6).

O grande contingente populacional é formado pelo caboclo de origem amazônica e, secundariamente, por nordestinos. O número de europeus — portugueses, italianos, alemães e espanhóis — é insignificante. O número de negros, também, parece ser muito pequeno. Segundo o recenseamento de 1950, a população classificada de "parda" abrangia 8 695 pessoas ou seja 73% do total. Essa designação, pelo que pudemos observar na região, não pode se referir ao moreno ou mulato, pois os elementos desse tipo não são tão frequentes como teríamos o direito de supor em face dos dados do censo. O termo "pardo" parece aplicar-se aos indivíduos de pele escura ou, pelo menos, de tonalidade mais escura, sem relação, todavia, com sua ascendência étnica. O grande contingente demográfico da região é constituído por indivíduos de pele amorenada. A cor da pele do estoque humano, principalmente na zona rural, não constitui um traço de influência étnica mas o resultado de uma adaptação do homem às condições da insolação da região equatorial.

O elemento estrangeiro ocupa uma posição insignificante na composição da população de João Coelho. Segundo o recenseamento de 1950, existiam somente 81 estrangeiros, dos quais 12 eram classificados de "brasileiros naturalizados". Dos estrangeiros, o principal contingente era constituído por japoneses (27) e portugueses (25), seguindo-se-lhes os italianos (8), os alemães (3), os espanhóis (2) e os de nacionalidade não declarada (4).

Reproduzindo o mesmo fenômeno peculiar a todo o país, verificamos que ali, também, o predomínio da população com menos de 30 anos é muito elevado (68,4%). A população de idade madura — 30 a 59 anos — representa somente 27,0% do total.

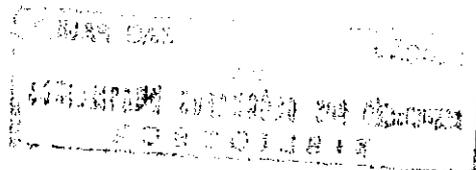
O índice de analfabetismo nesta região — segundo podemos verificar pelo Censo de 1950 — é menos pronunciado que em outras regiões da Amazônia (menos de 50%, ou seja, 49,9%).

A repartição da população apresenta certas anomalias. O distrito da sede concentra cerca de 46% do total, estando os restantes 54% distribuídos entre os outros 3 distritos (5), como podemos verificar pela seguinte tabela:

<i>População de João Coelho</i>	
1950	
Total	11 764
Distr. de João Coelho	5 370
Distr. de Caraparu	2 835
Distr. de Benevides	2 212
Distr. de Americano	1 347

A falta de uma carta da divisão administrativa do município impede-nos de fazer a representação cartográfica da repartição da população e das densidades demográficas. Pelo que pudemos observar na região, as áreas mais povoadas são as cortadas pelas estradas municipais e pela rodovia Belém-Bragança. Seguem-se, em importância, os vales dos igarapés. Navegamos em um desses igarapés e pudemos observar, ao longo de um percurso de cerca de 10 Km, que a população se instala a uma distância de 500 a 1 000 m da sua calha. As casas, via de regra, não aparecem na

(5) O Censo de 1950 inclui *Benevides* como distrito de João Coelho. Atualmente, porém, esse distrito pertence ao município de Ananindeua.



paisagem. A presença do homem é assinalada pelos caminhos que vêm até a beira do igarapé ou pelas "montarias" (canôas) ancoradas em suas margens (foto n. 7).

Cerca de 74% da população do município habitam na zona rural. Essa população não vive inteiramente dispersa na região. Embora as formas de povoamento apresentem um acentuado aspecto de fluidês, podemos distinguir, ao lado da forma de povoamento disperso, uma pronunciada tendência para o povoamento aglomerado. O número de pequenos povoados ou simples aglomerados rurais é relativamente elevado. É provável que a formação desses aglomerados esteja ligada ao problema da água, pois aparecem com mais frequência nas proximidades dos igarapés. Nas superfícies planas dos interflúvios, cobertas pelos areiões, a água é escassa ou mesmo inexistente no verão (6).

A população rural de João Coelho está essencialmente ligada à agricultura e ao extrativismo florestal. A criação é praticamente inexistente. A ausência do gado parece estar ligada a certas condições naturais desfovaráveis, que ainda não foram bem determinadas. Informações que obtivemos na região confirmam as assertivas de HARALD SIOLI e de ERNESTO CRUZ. Segundo SIOLI, "a criação do gado solto no pasto é impossível na faixa de Belém até o rio Maracanã; aí todo o gado, depois de um certo tempo, começa a adoecer, emagrece, perde o apetite, enfraquece cada vez mais e, finalmente, morre" (7). ERNESTO CRUZ confirma essas palavras, declarando: "Na pequena Granja que possuímos no município de Ananindeua, verificamos idêntico resultado. Tentamos a criação de gado solto, no pasto, improdutivamente" (8).

Aspectos da vida rural. — A vida rural do município vem tomando um certo impulso com o cultivo da *pimenta do reino*, introduzida pelos japoneses. Em João Coelho, pelo menos, parece que a introdução desse cultivo está fazendo recuar o da mandioca. Quatro sitiantes, entrevistados no Mercado da cidade, informaram que a lavoura da mandioca está sendo abandonada, mas não souberam explicar a causa. Este fato é grave, sobretudo se nos lembrarmos de que a mandioca é o alimento fundamental da população. Estaria em vista de se repetir o mesmo erro ocorrido

(6) Fato semelhante, quanto à falta d'água, é assinalado no planalto de Santarém pelo prof. GOUROU, ob. cit., p. 376.

(7) SIOLI, Harald — *Estudo Preliminar das relações entre a geologia e a limnologia da zona bragantina*. (cit. por Ernesto Cruz).

(8) CRUZ, Ernesto. — Obr. cit., p. 152.





Foro n.º 7 — As “montarias” amarradas junto às margens dum igarapé, nos pontos de onde partem os caminhos que dão acesso às casas dos moradores da região (Foto do autor).



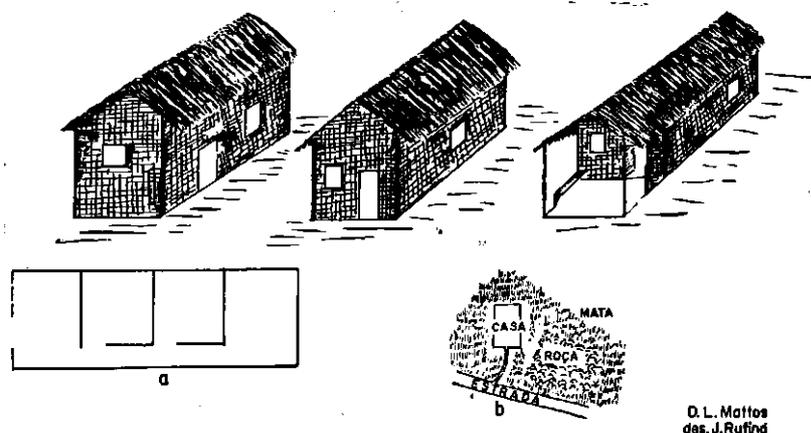
Foro n.º 8 — Aspecto de um pimental de propriedade japonesa, em João Coelho. (Foto do autor).

na época áurea da borracha, quando todos cultivos de gêneros alimentícios foram abandonados?

Os informes estatísticos mais recentes, que pudemos obter, são de 1952 e não fazem referência à pimenta do reino. Nessa época, todavia, ela já era cultivada, como pudemos verificar pessoalmente em uma viagem que, nesse ano, realizamos a essa região (foto n. 8). Pelos dados de 1952 verifica-se que, excetuada a mandioca, os cultivos mais importantes eram os do arroz e milho, seguindo-se os de algodão e cana-de-açúcar. Das atividades ligadas ao extrativismo, destacavam-se a produção de fibras, plantas oleaginosas, madeira e borracha.

A produção agrícola, insignificante em face da área municipal e da sua população, explica a paisagem rural do município (9). Dois elementos dessa paisagem refletem a pobreza do homem e a rudimentaridade das suas técnicas: a casa do caboclo (fotos n. 9 e 10) e os minúsculos roçados que se destacam do meio das capoeiras (foto n. 11).

A casa do caboclo pode variar segundo o material de construção, mas apresenta alguns traços comuns. Esses traços são a forma alongada da casa, o telhado de duas águas e a simplicidade funcional que apresenta (fig. n. 4).



D. L. Mattos
des. J. Rufind

FIG. 4

A simplicidade funcional é uma decorrência da situação apresentada pela própria vida agrícola da região. A agricultura é, em

(9) O valor da produção do município, em 1950, incluindo-se todas as formas de atividade econômica, foi de somente Cr. \$ 3 041 000,00.



Foro n.º 9 — Casa de caboclo amazônico sediado na região de terra-firme. Ausência completa de dependências externas, tais como chiqueiro, galinheiro, paiol, etc. (Foto do autor).



Foro n.º 10 — Casa de caboclo sediado em núcleo colonial. Paredes de "enche-meio" e cobertura com cavacos de madeira. A casa do primeiro plano está em construção (Foto do autor).

grande parte, de subsistência e baseada no cultivo sobre queimada e no nomadismo do agricultor. O "habitat" rural não oferece sinais de estabilidade. A casa é de construção frágil, feita para durar no máximo 4 a 5 anos. Sua duração, aliás, está condicionada à resistência do solo às práticas agrícolas do lavrador. Devido ao caráter nomadizante do agricultor, sua casa não possui aqueles elementos complementares comuns às habitações rurais, como, por ex., o paiol, o chiqueiro, etc. O número de casas abandonadas, que observamos em nosso percurso, era relativamente elevado.

A fragilidade da construção apresentada pela casa, associa-se a pobreza do "trem" doméstico. Na sala (quando existe) ou no alpendre fronteiro, os móveis existentes reduzem-se a um banco em forma de girau ou feito de caixão vazio. No interior da habitação, o mobiliário é o mais modesto possível. A pobreza do equipamento doméstico está também ligada à mobilidade do homem. O caráter nomadizante do agricultor amazônico impede-lhe a posse de objetos que dificultem suas frequentes mudanças. Tudo o que possui, por isso, é rústico e de baixo valor.

O campo de cultivo ou roça ora aparece próximo, ora a certa distância da moradia do lavrador. A superfície preparada para o plantio é normalmente pequena, mesmo quando se trata do plantio de pimenta do reino. A área cultivada em cada sítio raramente ultrapassa 5 tarefas ou seja cerca de 6 000 m² (10). Para prepará-la, o lavrador faz a derrubada, roçando com o terçado a vegetação arbustiva e derrubando com o machado as árvores da capoeira. As árvores de grande porte são mantidas de pé e destruídas parcialmente pelo fogo.

Quando o campo é preparado especialmente para o plantio do arroz, o cultivo seguinte é o da mandioca. Excetuado para o arroz, a pimenta do reino e o tabaco, a prática do consórcio de cultivos é generalizada. E excetuado o caso de rotação arroz-mandioca, o mesmo campo raramente é utilizado mais de dois anos seguidos.

A mobilidade da paisagem agrícola pode ser observada pelas nuances da vegetação. Do campo recém-aberto até a capoeira-alta, sucede-se uma variada gama de estádios vegetais que evidenciam e assinalam a rota do lavrador nômade da região.

A cultura da pimenta do reino. — Dentro dessa paisagem de extrema fluidês, a lavoura de pimenta do reino oferece um

(10) A "tarefa" é uma medida agrária de superfície equivalente a 25x25 braças ou seja 625 braças quadradas (1 375 m²).



Foto n.º 11 — Pequeno roçado para o cultivo da mandioca em zona de capoeira alta.
(Foto do autor).



Foto n.º 12 — Residência de colono japonês ligado à cultura da pimenta do reino. A casa possui dependências para o armazenamento da pimenta e abrigo para caminhão. (Foto do autor).

elemento de estabilidade. Estabilidade que se reflete inclusive na casa, a qual, embora sendo ainda modesta, possui já uma estrutura mais complicada que a do tipo comum da região (foto n. 12).

O cultivo da *pimenta do reino*, na região bragantina, concentra-se nos municípios vizinhos a Belém: Ananindeua, João Coelho e Castanhal. A paisagem do pimental é de origem recente e foi introduzida pelo japonês. Os pimentais ocupam áreas modestas e estão muito espalhados na região. Raramente ultrapassam 5 hectares e os maiores possuem de 10 a 15 mil pés.

O custo de formação de um pimental é relativamente elevado e, por isso, o desenvolvimento do seu cultivo está na dependência da assistência financeira do Governo. Este problema adquire, na região em apreço, uma importância muito grande devido ao fato de uma grande parte da população rural não possuir títulos de posse das terras que ocupam. Sendo a certidão de propriedade da terra o documento preliminar exigido pelos bancos para a concessão de crédito, é fácil concluir-se que a maioria dos lavradores não o consegue. Só os grandes proprietários e os colonos sediados em núcleos coloniais podem obter o auxílio financeiro necessário para cultivar a pimenta.

A formação dum pimental requer inúmeras operações, umas comuns a todas as outras formas de exploração agrícola e outras específicas à pimenta. Dentre as operações comuns, destacam-se a derrubada, a queimada e a limpeza do terreno. A aração é praticada. Entre os lavradores mais progressistas faz-se a calagem do solo para reduzir a sua acidéz. Em seguida, abrem-se as covas (foto n. 13), em que deverão ser fincadas as estacas para o suporte da pimenteira (foto n. 14). Cada cova mede cerca de 0,50 m de boca, por 0,40 m de profundidade e é aberta com o "ferro de cova". Nessa cova, depois de recolocada a terra com adubo, planta-se a muda de pimenta. Nos primeiros meses de desenvolvimento da planta, costuma-se cobrir o chão com ramagens secas, para protegê-la da insolação.

Além das despesas necessárias para o preparo da terra e abertura das covas, o lavrador precisa comprar as estacas, as mudas de pimenta e fertilizantes (11). Feita a soma dessas despesas, verifica-se que cada pé de pimenta custa de 90 a 120 cruzeiros.

A primeira safra, normalmente fraca, ocorre em média um ano depois do plantio. À medida que envelhece, sua produtivi-

(11) Preço médio dos implementos e mudas. — Estacas, de 10 a 15 cruzeiros; mudas de pimenta: especial, de 30 cruzeiros; de 1.ª, 20 cruzeiros; de 2.ª, de 12 a 15 cruzeiros; fertilizantes à base de fósforo e potassa: de 3,50 a 7 cruzeiros o quilo.

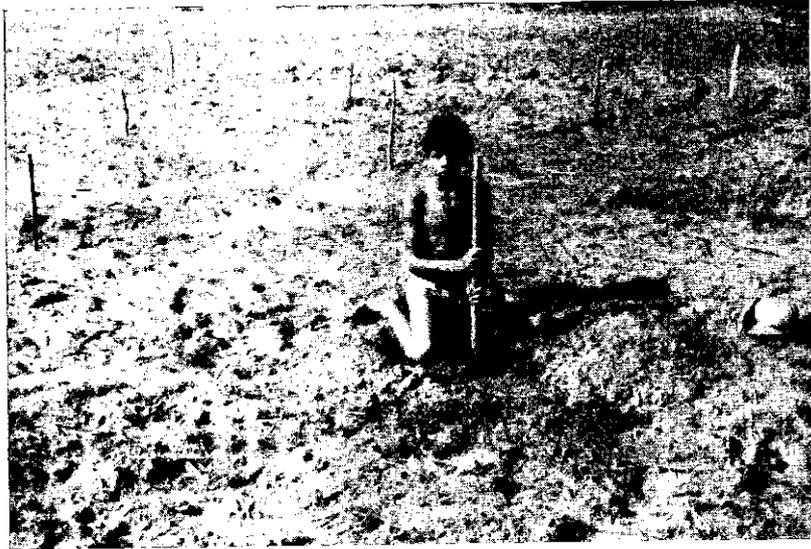


Foto n.º 13 — Trabalho de abertura de cova para o plantio da pimenta. O estaqueamento, que se observa ao fundo, marca os locais das covas a serem abertas. Observe-se o aspecto do trabalhador, de compleição raquítica e traços fisionômicos de índio. (Foto do autor).



Foto n.º 14 — O estaqueamento para suporte da pimenteira. Na foto, o Dr. Jorge Gustavo da Costa, da Escola Brasileira de Administração Pública. (Foto do autor).

dade aumenta, até uma fase de estabilização que oscila a partir do 4.º ou 5.º ano de vida. Numa das propriedades visitadas, pertencente a um agrônomo japonês procedente de Singapura, o pimental ainda estava em formação pois havia sido plantado entre janeiro e março de 1955. Segundo suas estimativas, o ritmo de produção de seu pimental será o seguinte:

- 1956, primeira colheita — 300 a 500 gr. por pé
- 1957 — segunda colheita — 2 kg. por pé
- 1958 — terceira colheita — 4 kg. por pé
- 1959 — quarta colheita — 5 a 7 kg. por pé

O pimental é cultivado em campo aberto e solo nú. A insolação, por isso, é muito intensa, apesar do alto índice de nebulosidade da região. O agrônomo Shimon, proprietário do pimental "Glória", informou-nos que a temperatura do solo do seu pimental, entre 13 e 15 horas, chega a ser de 60º C. Informou-nos, ainda, que em Singapura há pimental sombreado, mas não soube explicar porque não adota a mesma técnica aqui no Brasil. A única medida que adota é aquela a que já nos referimos linhas acima, isto é, a cobertura com ramagens dos pés ainda novos (com menos de 6 meses).

O alto grau de lixiviação e a adiantada fase de laterização originam solos extremamente pobres, tanto em sua constituição física quanto em sua composição química. O sucesso da lavoura da pimenta, por isso, depende de um grande consumo de adubo. Para plantá-la, o lavrador abre as covas a que já nos referimos linhas acima, enchendo-as de novo com a terra daí retirada, mas misturada agora com altas doses de adubos químicos. O cultivo da pimenta — em que a adubação se faz pé por pé — se assemelha, pois, a uma verdadeira cultura de vaso.

À pobreza química do solo, que o lavrador corrige com fertilizantes, associam-se os problemas da insolação e das chuvas. Os lavradores dizem que a pimenta requer muita insolação e consideram desnecessária qualquer medida de proteção do solo contra a ação desse elemento. A única preocupação, que não é, aliás, generalizada, é a de se proteger as plantas ainda novas da ardência dos raios solares. Quanto à ação das chuvas, as técnicas de proteção atualmente adotadas parecem pouco eficientes. Para combater a ação erosiva das águas pluviais os lavradores fazem pequenos sulcos ou leiras.



Foro n.º 15 — O preparo do assai para o jantar. (Foto do autor).



Foro n.º 16 — Um "açougue" de carne de porco, no qual se evidencia o desconhecimento dos mínimos requisitos de higiene e total ausência de fiscalização dos serviços de saúde pública. (Foto do autor).

Essas medidas não reduzem a ação do lixiviamento, que é, sem dúvida, mais danosa para a vida do solo do que a erosão do lençol difuso.

Sendo de introdução muito recente na região e ocupando ainda, como podemos observar, uma posição modesta na paisagem rural, a pimenta do reino não contribuiu, até o momento, para modificar as condições de vida da região.

Problemas humanos. — A população de João Coelho tem um padrão de vida muito baixo. A alimentação é deficiente, tanto do ponto de vista qualitativo quanto quantitativo, baseando-se essencialmente no feijão e na farinha d'água. "Quando se pode — disse um dos entrevistados — come-se jabá". O peixe seco e o suco de assaí entram também no cardápio sertanejo. O suco de assaí é preparado em casa (foto n. 15) e consumido no mesmo dia. Prepara-se esse suco deixando os coquilhos de mólho por algumas horas, macerando-os, depois, à mão. O suco, de cor violácea, é comido com farinha d'água. Um lavrador, inquirido sobre esse tipo de alimento, disse que não se pode abusar do assaí porque tem veneno. A habitação é muito pobre, tanto em seu aspecto externo, quanto em sua organização interna. Os tipos de casas mais comuns são as de barrote ou de "enche-meio". A estrutura é feita com bambus, troncos de árvores ou de palmeiras ou ripas de madeira. A cobertura é feita com telhas, folhas de palmeiras ou cavacos de madeira. Casas feitas inteiramente de folhas de palmeiras não são comuns na região. A divisão interna é muito simples, como mostra a fig. 4. Normalmente, possui cozinha, dois quartos e uma sala ou terraço externo, coberto, como pode ser observado na foto n. 9.

O vestuário é muito simples. Os lavradores que possuem alguns recursos têm o seu terno de "vêr Deus", feito de brim. O traje diário consiste apenas na calça e camisa de algodão. O uso do paletó é muito raro. Raro é, também, o uso de calçados. As crianças vivem a maior parte do tempo com um simples calção ou núnas, quando ainda pequenas.

As condições de higiene são muito precárias. Além de vestir-se pobremente, a população nos transmite uma desagradável sensação de desconforto. A falta de higiene estende-se, também, a outros aspectos da vida cotidiana. Ela é mais notada e de certo modo também mais grave nas vendas, onde os produtos e os vasilhames de uso diário ficam expostos às moscas. Principalmente no que se refere à carne, a falta de cuidados higiênicos é completa. Nos pequenos povoados ou próximos à áreas de maior

aglomeração humana, o açougue é um simples abrigo coberto de palha ou mesmo o tronco de uma árvore, onde se dependura a carne (foto n. 16).

A falta de assistência médica e hospitalar é outro problema da região. Não menos grave é o problema educacional. O ensino é muito deficiente, quer pela escassez de recursos materiais e financeiros, quer pela escassez de professores.

São estas, em breves pinceladas, as observações que pudemos fazer durante nossa rápida estada em João Coelho.